

8 DE JANEIRO

Tribunal quer investigar os danos ao erário causados pelos indiciados na comissão

Marcos Oliveira/Agência Senado



Parlamentares governistas aplaudem o final da CPMI e a vitória obtida com a aprovação do relatório elaborado pela senadora Eliziane Gama

Procurador no TCU pede relatório à CPMI

» ALINE BRITO
» ÁNDREA MALCHER

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 janeiro aprovou, ontem, o relatório da senadora Eliziane Gama (PSD-MA) que pede o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), militares das Forças Armadas e da Polícia Militar do Distrito Federal, uma parlamentar, além de ex-auxiliares próximos e integrantes do chamado Gabinete do Ódio — responsável pela disseminação de informações manipuladas nas redes sociais. Por 20 x 11 e uma abstenção, o texto, agora, segue para a Procuradoria-Geral da República, que decidirá como proceder em relação às sugestões chanceladas pela maioria do colegiado.

Porém, antes mesmo de chegar à PGR, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pediu acesso ao relatório a fim de estudar medidas a serem tomadas, “pertinentes de responsabilização dos agentes envolvidos no âmbito dessa Corte de Contas”. A solicitação, assinada pelo subprocurador-geral Lucas Furtado e obtida pelo **Correio**, ressalta que a competência do MP de Contas é de “defender a ordem jurídica, proteger a lei e



O que vai ficar para história são os debates que foram promovidos aqui e isso é a beleza do Parlamento. Temos que internalizar na nossa cabeça e no nosso coração que a democracia é maior do que esse radicalismo”

Deputado Arthur Maia, presidente da CPMI

fiscalizar sua execução”.

“O Tribunal de Contas da União, quando do exame das condutas praticadas pelos gestores da coisa pública, é competente para examinar o modo pelo qual são geridos os recursos públicos, alcançando não somente os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e publicidade, mas, também, a impessoalidade, moralidade e eficiência. Sendo assim, a se confirmar a atuação irregular de agentes públicos e/ou lapidação indevida de patrimônio público a causar dano ao erário, a competência do TCU restaria comprovada”, salienta o documento.

Segundo o presidente da CPMI, Arthur Maia (União-BR) — cuja condução dos trabalhos foi várias vezes contestada por governistas e bolsonaristas —, o colegiado

reuniu milhares de documentos para entregar um “registro histórico de um momento importantíssimo”. “O que vai ficar para história são os debates que foram promovidos aqui, nesta CPMI, e isso é a beleza do Parlamento. A CPMI trouxe a verdade para praça pública, porque, aqui, não há sigilo. Temos que internalizar na nossa cabeça e no nosso coração que a democracia é maior do que esse radicalismo”, exortou o deputado.

Com o Plenário lotado, os deputados e senadores que votaram a favor do texto aplaudiram de pé o resultado da votação e fizeram uma manifestação contra os bolsonaristas com cartazes que diziam “sem anistia para golpe” e “golpismo nunca mais”. Eliziane comemorou a aprovação com a Constituição em mãos.

Último tumulto

Isso não quer dizer, porém, que tudo tenha transcorrido em paz. Após a aprovação do relatório, os parlamentares governistas saíram até a Praça dos Três Poderes. No trajeto, quando ainda estavam no Senado, Rodrigo Duarte Bastos, assessor parlamentar do deputado Carlos Jordy (PL-RJ), passou a provocar o grupo dizendo que o parecer de Eliziane seria uma “vergonha”.

No meio dos governistas, ele filmava com um celular enquanto provocava. Foi quando o deputado Rogério Correia (PT-MG) deu um tapa na mão de Rodrigo e o celular acertou a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) — conforme mostram imagens que circulam nas redes sociais.

A parlamentar disse ter sido agredida, pois o aparelho acertou-lhe a cabeça. Rodrigo, por sua vez, saiu correndo pelos salões que ligam o Senado à Câmara com um grupo de jornalistas e assessores ao seu encalço.

Apesar de tê-lo defendido, Jordy exonerou o auxiliar. “A conduta é incompatível com a de um assessor parlamentar e sua exoneração já foi determinada”, explicou o líder da oposição na Câmara.

Bolsonaro entrega documento e não depõe

Valter Campanato/Agência Brasil



Bolsonaro: mensagens aos empresários eram de conhecimento geral

desde janeiro de 2019, quando assumi (a Presidência), e também antes, lá atrás. Tanto é que o relatório da CPMI cita fatos do século passado, como sendo golpista”, afirmou.

Segundo o ex-presidente, existia a possibilidade de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) durante as eleições, “no caso de um distúrbio”. “Sou responsável por tudo aquilo que eu assinei”, observou. Indagado se tinha discutido com militares sobre um golpe contra

a posse de Lula, desafiou: “Você viu a movimentação de um soldado por aí?”.

Na entrevista, Fabio Wajn-garten, advogado do ex-presidente, disse mais de uma vez que a eleição é “página virada” e tentava fazer Bolsonaro ir embora — mas acabou sendo re-preendido por isso.

Novas ações

O Tribunal Superior Eleitoral começa a julgar, na próxima

semana, ações de investigação eleitoral que miram Bolsonaro e lives realizadas no Sete de Setembro do ano passado. Na terça-feira, o TSE rejeitou outras três ações que acusavam o ex-presidente e o vice na chapa à reeleição, Walter Braga Netto, de abuso de poder.

Duas das ações arquivadas nesta semana foram apresentadas pelo PDT e uma terceira pela coligação do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Bolsonaro foi acusado de usar a estrutura do Palácio do Planalto para a realização de lives no YouTube com fins políticos e em benefício próprio. Outra acusação apontou abuso de poder por usar a estrutura do Palácio da Alvorada para se reunir com cantores sertanejos, na véspera das eleições.

De acordo com a ação protocolada no TSE, a reunião que contou com a presença dos artistas teve apenas objetivo eleitoral e, inclusive, foi transmitida pela internet. As imputações foram avaliadas por meio de ação de investigação judicial eleitoral (Aije). O relator, ministro Benedito Gonçalves, entendeu que não há provas suficientes de irregularidade.

As três ações que estão na pauta foram propostas, respectivamente, pela coligação do então candidato Lula, pela ex-candidata à Presidência Soraya Thronicke (União Brasil) e pelo PDT. O tema está na pauta da sessão do dia 24. (Com Agência Estado e colaboração de Mayara Souto)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Quando uma boa ideia começa a dar errado

A crise humanitária na Faixa de Gaza, em meio à guerra entre Israel e o Hamas, a organização que assumiu o controle do território quando o Exército israelita dele se retirou, expõe a olho nu a crise que a Organização das Nações Unidas (ONU) atravessa, desde a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003. À época, essa foi uma das respostas do governo norte-americano ao atentado da Al Qaeda às Torres Gêmeas de Nova York, em 11 de setembro de 2001, a pretexto de que o ditador iraquiano Saddam Hussein estava produzindo armas químicas — cujos laboratórios nunca foram encontrados. Desde então, apesar das sucessivas intervenções militares do Ocidente, os grupos terroristas e fundamentalistas só aumentaram sua influência no Oriente Médio.

Ontem, depois de muitas negociações entre os 15 integrantes do Conselho de Segurança da ONU, os EUA vetaram a proposta de resolução que garantiria ajuda humanitária efetiva à população civil de Gaza, submetida a intensos bombardeios desde o ataque terrorista do Hamas ao território israelense. Foi o único país a se manifestar contra a ajuda humanitária das Nações Unidas.

No mesmo momento da reunião, o presidente Joe Biden se encontrava com o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. Biden anunciou uma ajuda de US\$ 100 milhões aos palestinos, ao mesmo tempo em que reiterou o apoio incondicional a Israel.

China, França, Albânia, Equador, Gabão, Japão, Malta, Moçambique, Suíça e Emirados Árabes votaram a favor da resolução proposta pelo Brasil. Rússia e Reino Unido se abstiveram, mas Biden se opôs ao texto, a pretexto de que a resolução deveria ser condicionada à libertação dos reféns israelenses em poder do Hamas. O governo brasileiro lamentou o veto e reiterou que “o Brasil considera urgente que a comunidade internacional estabeleça um cessar-fogo e retome o processo de paz”.

O embaixador do Brasil na ONU, Sérgio Danese, e o chanceler Mauro Vieira negociaram exaustivamente para construir uma resolução aceitável pelos EUA, cujos diplomatas chegaram a sinalizar que votariam a favor. Mas veio a ordem para impedir a aprovação da resolução.

Quais eram as propostas à mesa? Condenar os atos de terrorismo perpetrados pelo Hamas em Israel, em 7 de outubro; apelar para libertação imediata e incondicional de todos os reféns civis; conclamar a uma pausa humanitária a fim de permitir o fornecimento, rápido e desimpedido, da ajuda humanitária; exigir o fornecimento contínuo de bens essenciais para a população civil, como artigos médicos, água e alimentos; além de pedir a rescisão da ordem para que civis e funcionários das Nações Unidas evacuem toda a área em Gaza ao norte de Wadi Gaza.

Multilateralismo

Na presidência do conselho, o governo brasileiro lamentou que “o uso do veto tenha impedido o principal órgão para a manutenção da paz e da segurança internacional de agir diante da catastrófica crise humanitária provocada pela mais recente escalada de violência em Israel e em Gaza”. Ontem mesmo, Mauro Vieira viajou a Nova York para, entre outras atividades do conselho, presidir, dia 24, debate de alto nível dedicado à situação no Oriente Médio, inclusive a Palestina.

A reunião permitirá que países façam um novo chamado a um cessar-fogo e à abertura de corredores humanitários. Enquanto isso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em contato permanente com o presidente do Egito, Abdul Al-Sisi, e da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, tenta criar condições para que a ajuda humanitária chegue aos palestinos, e os brasileiros em Gaza possam ser resgatados. Os bombardeios de Israel buscam, deliberadamente, forçar o êxodo da população civil da Faixa.

Biden, que enfrenta dificuldades na campanha à reeleição, na crise de Gaza soma-se à posição radical do premiê Benjamin Netanyahu, que decidiu ocupar novamente a Faixa, a pretexto de liquidar o Hamas. O que está acontecendo, porém, é a ampliação da influência do grupo terrorista na Cisjordânia, o que enfraquece ainda mais a Autoridade Palestina. Uma nova intifada está em vias de ocorrer nessa região da Palestina, que é controlada militarmente pelo exército de Israel.

A situação humanitária e política está fora de controle, principalmente depois da explosão de um hospital em Gaza, que provocou centena de mortes. Segundo Israel, a causa foi um foguete disparado pela Jihad Islâmica, outro grupo terrorista palestino, que teria falhado. No mundo árabe, porém, ninguém acredita nisso.

A impotência da ONU se assemelha à situação da Liga das Nações às vésperas da II Guerra Mundial. É uma ideia boa que começa a dar errado. Os EUA não reconhecem o multilateralismo como a via mais adequada para a solução dos conflitos internacionais e insiste na manutenção de mundo unipolar, sob hegemonia norte-americana, que já não pode se manter apenas em termos militares.

BIDEN, QUE ENFRENTA DIFICULDADES NA CAMPANHA À REELEIÇÃO, VEM SE REVELANDO UM FALCÃO COM A CRISE EM GAZA